

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 02/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2022

FORMA DE FORNECIMENTO: INTEGRAL
DATA DA EMISSÃO: 22 de março de 2023
REQUISITANTE: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

O Conselho Regional de Enfermagem do Ceará vem, por meio da presente Autorização de Compra, em substituição ao termo de contrato, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/1993, solicitar à empresa **GRITZ COMERCIO DE BRINDES E EMBALAGENS - EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.778.147/0001-30, com sede à Rua Maracaju, 1258, Vila Monte Alegre, CEP: 14051-120, Ribeirão Preto - SP, telefone: (16) 99129-8721, e-mail: licitacao@gritzbrindes.com.br, o fornecimento dos materiais conforme descrito abaixo.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para confecção de material institucional personalizado.

2. DO PREÇO

2.1. Ficam ajustados os seguintes valores:

Item	Quant.	Und.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	8.000	unid.	Pasta de pvc cristal transparente com fechamento zip zap. (CxL): 27 cm x 18 cm. Personalização: Impressão Silk 4 cores.	GRITZ	3,05	24.400,00
Valor Total					R\$ 24.400,00	

2.2. Os valores acima estão de acordo com o registrado em Ata de Registro de Preços.

2.3. Nos preços ajustados estão incluídos, além do lucro, demais custos, tais como custos e logística da entrega, materiais e equipamentos utilizados, tributos, todas as despesas diretas e indiretas e outros necessários ao integral cumprimento da entrega do objeto.

2.4. A substituição do modelo ou marca do item é possível, desde que o novo objeto seja de qualidade igual ou superior ao inicialmente ofertado e apenas depois de análise e validação pelo fiscal da contratação.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas resultantes da execução deste Contrato estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Coren-CE para o exercício 2023, no Elemento de Despesa n.º 6.2.2.1.1.33.90.30.099 – Outros Materiais de Consumo.

4. DA GARANTIA SOBRE OS PRODUTOS

4.1. Será exigida garantia legal prevista na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a contar do Termo de Recebimento Definitivo, podendo, inclusive, a Contratada oferecer garantia adicional. A Contratada deverá, ainda, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o mesmo dispositivo legal.

5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A entrega do objeto deverá ser realizada nos termos, prazos e locais descritos no item 5 do Anexo I – Termo de Referência.

5.2. Nos casos lá descritos que ensejarem a substituição do objeto, a notificação à contratada poderá ser realizada por meios eletrônicos, a critério do Coren-CE, sendo que os prazos serão contados a partir da notificação.

5.3. Após a substituição ou conserto/reparação do objeto, permanecendo irregularidades quanto à especificação, falha ou vício, a Administração poderá rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou ainda rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.4. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer sua mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado nos termos do item 8 do Anexo I – Termo de Referência.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Caberá à Contratante, a partir da assinatura deste instrumento, o cumprimento das obrigações constantes no item 9 do Anexo I – Termo de Referência.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Caberá à Contratada, a partir da assinatura deste instrumento, o cumprimento das obrigações constantes no item 10 do Anexo I – Termo de Referência.

9. DAS SANÇÕES

9.1. As sanções serão aplicadas nos termos e condições constantes no item 15 do Anexo I – Termo de Referência.

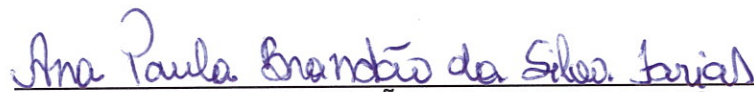
10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

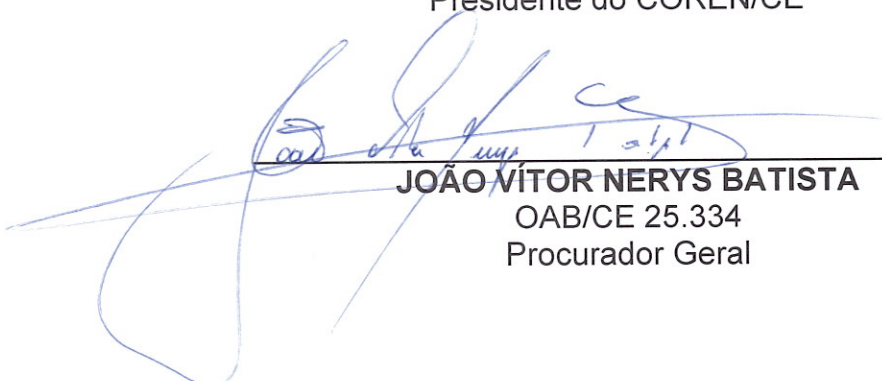
10.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos, dispostos na legislação civil.

11. DO FORO

11.1. Fica estipulado o foro da Justiça Federal de Fortaleza/CE para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

Fortaleza, 22 de março de 2023.


ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS
Presidente do COREN/CE


JOÃO VÍTOR NERYS BATISTA
OAB/CE 25.334
Procurador Geral